



Captura Crítica

Direito, Política, Atualidade

NAMÍBIA, NÃO! BIOPOLÍTICA, NECROPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO EM MEDIDA PROVISÓRIA

*¡Namibia, no! Biopolítica, necropolítica e racismo de Estado en Medida
Provisoria*

Namibia, no! Biopolitics, necropolitics and State racism in Executive Order

Manuel Alves de Sousa Junior 

Universidade de Santa Cruz do Sul e Instituto Federal da Bahia, Lauro
de Freitas, Bahia, Brasil. E-mail: bayebiologo@hotmail.com.

Artigo recebido em 19/06/2023

Aceito em 01/10/2023

Captura Crítica: direito, política, atualidade. Florianópolis, v. 12, n. 2, p. 381-400, 2023.
e-ISBN: 1984-6096



Este trabalho é licenciado sobre a Creative Commons Attribution 4.0
Este trabajo es licenciado bajo Creative Commons Attribution 4.0
This work is licensed under a Creative Commons Attribution 4.0

NAMÍBIA, NÃO! BIOPOLÍTICA, NECROPOLÍTICA E RACISMO DE ESTADO EM MEDIDA PROVISÓRIA

Resumo: Essa pesquisa buscou fazer uma análise do filme Medida Provisória com a realidade do país, tendo como foco as lentes teóricas da biopolítica e racismo de Estado de Michel Foucault e necropolítica de Achille Mbembe. Para a problematização, foi necessário assistir ao filme algumas vezes, inclusive, pausadamente, de modo que fosse possível fazer observações e anotações, que poderiam passar despercebidas. A distopia apresenta estreita relação com os três conceitos apresentados em diversas passagens e com a realidade brasileira, tanto ao longo da história do país quanto com a realidade atual que ocorre em cada esquina do Brasil. O branqueamento da população, a eugenia, o darwinismo social, são alguns dos fenômenos históricos brasileiros que dialogam com a ficção. A partir das análises realizadas com suporte teórico, pode-se constatar que a biopolítica, a necropolítica e o racismo de Estado, mostram-se evidentes em diversos momentos no filme, do mesmo modo que é possível fazer correlações da distopia com as realidades presentes em cada canto do Brasil.

Palavras-chave: Biopolítica. Necropolítica. Racismo de Estado. Medida Provisória.

Resumen: Esta investigación buscó analizar la película Medida Provisoria con la realidad del país, centrándose en los lentes teóricos de la biopolítica y el racismo de Estado de Michel Foucault y la necropolítica de Achille Mbembe. Para la problematización, fue necesario visionar la película algunas veces, incluso en pausa, de forma que fuera posible hacer observaciones y apuntes, que pudieran pasar desapercibidos. La distopía tiene una estrecha relación con los tres conceptos presentados en varios pasajes y con la realidad brasileña, tanto a lo largo de la historia del país como con la realidad actual que ocurre en todos los rincones de Brasil. El blanqueamiento de la población, la eugenesia, el darwinismo social son algunos de los fenómenos históricos brasileños que dialogan con la ficción. A partir de los análisis realizados con sustento teórico, se desprende que la biopolítica, la necropolítica y el racismo de Estado se evidencian en varios momentos de la película, de la misma forma que es posible correlacionar la distopía con las realidades presentes en cada rincón de Brasil.

Palabras-clave: Biopolítica. Necropolítica. Racismo de Estado. Medida Provisória.

Abstract: This research sought to analyze the film Executive Order with the reality of the country, focusing on the theoretical lenses of biopolitics and state racism by Michel Foucault and necropolitics by Achille Mbembe. For the problematization, it was necessary to watch the film a few times, even pausedly, so that it was possible to make observations and notes, which could go unnoticed. Dystopia has a close relationship with the three concepts presented in several passages and with the Brazilian reality, both throughout the country's history and with the current reality that occurs in every corner of Brazil. The whitening of the population, eugenics, social Darwinism are some of the Brazilian historical phenomena that dialogue with fiction. From the analyzes carried out with theoretical support, it can be seen that biopolitics, necropolitics and State racism are evident in several moments in the film, in the same way that it is possible to make correlations between dystopia and the realities present in each corner of Brazil.

Keywords: Biopolitics. Necropolitics. State Racism. Executive Order.

1 Introdução

A biopolítica é um conceito foucaultiano que surgiu após a noção do corpo populacional estar consolidada na mente dos absolutistas da idade moderna, no século XIX. Houve uma mudança no pensamento soberano, era mais interessante governar o corpo-espécie da população do que o corpo do indivíduo. A necropolítica é um conceito cunhado por Achille

Mbembe a partir do deslocamento do pensamento da biopolítica foucaultiana para o período escravista. Para o teórico, a *plantation* e a relação escravista podem ser consideradas como uma das primeiras experiências biopolíticas da humanidade. O racismo de Estado é um conceito operado por Foucault para pensar a prática racista como um instrumento político de dominação do Estado como uma estatização do biológico para pensar a ideia da raça.

O objetivo desta pesquisa é problematizar e refletir sobre a operação desses conceitos no filme *Medida Provisória*, dirigido por Lázaro Ramos, trazendo para a realidade nacional, com as lentes teóricas foucaultiana (biopolítica e racismo de Estado) e mbembiana (necropolítica). Para isso, este artigo está dividido em quatro seções. A primeira traz considerações iniciais sobre o roteiro do filme; a segunda aponta questões relacionadas à obra que já fizeram parte do pensamento da elite nacional em algum momento da história do Brasil; a terceira seção aponta a relação entre a distopia representada na película e a biopolítica; a última vai trazer contribuições da necropolítica e do racismo de Estado, relacionadas ao filme. É importante salientar que este trabalho contém *spoilers* do filme.

2 Metodologia

O presente trabalho foi realizado a partir de estudos sobre eugenia, necropolítica, racismo de Estado e biopolítica, desenvolvidos no processo de doutoramento do autor, através da participação no grupo de pesquisa “Identidade e Diferença na Educação”, da Universidade de Santa Cruz – UNISC. O trabalho foi motivado e buscou responder o problema: Como os conceitos de biopolítica, necropolítica e racismo de Estado dialogam com o filme *Medida Provisória*?

Desse modo, a metodologia escolhida foi qualitativa, visto que não existiu a análise de dados estatísticos/números e exploratória, já que possui a premissa de explorar o tema de modo a torná-lo mais explícito ou para constituir hipóteses. A pesquisa também pode ser considerada descritiva, pois identifica as características da obra, e explicativa, ao tentar identificar os fatores que interferem na ocorrência de determinados fenômenos (Boaventura, 2004).

Para atingir este objetivo metodológico, o autor assistiu ao filme, inicialmente, para entender a história e o contexto da obra. Na sequência, o filme foi assistido novamente, porém, pausadamente, de modo que fosse possível fazer anotações sobre os principais momentos do filme, que dialogam com a biopolítica, necropolítica e racismo de Estado. Concomitantemente, foi realizado um extenso levantamento bibliográfico, com autores renomados na área em

artigos, livros, entrevistas, teses, dissertações e correlatos sobre os conteúdos teóricos. Todo o trabalho teve como arcabouço teórico, a biopolítica proposta por Michel Foucault e o filósofo camaronês Achille Mbembe.

3 Considerações iniciais sobre a obra

O filme *Medida Provisória* é um drama com toque de humor, dirigido por Lázaro Ramos e produzido pelas companhias Lereby Produções, Lata Filmes, Globo Filmes e Melanina Acentuada. O enredo foi inspirado no livro *Namíbia, não!* de Aldri Anunciação. A obra passou por dificuldades para lançamento, distribuição e exibição, fruto da perseguição do governo conservador, que esteve à frente do Brasil entre 2019 e 2022. A agência nacional de cinema (Ancine), foi acusada de postergar, em mais de um ano, e dificultar a autorização. A extrema direita brasileira ainda protagonizou campanhas de boicote, mas, apesar disso, o filme ganhou prêmios e foi a segunda maior bilheteria nacional de 2022.

A trama se passa em um futuro distópico, em que o governo brasileiro, inicialmente, convida e, posteriormente, decreta uma medida que obriga os cidadãos pretos e pardos a migrarem para a África, compulsoriamente. Os pretos e pardos são referidos como portadores de melanina acentuada e não como negros ou afrodescendentes, por exemplo. Todos os que tiverem qualquer traço que, mesmo de longe, lembre a ascendência africana (negra), teriam que ser enviados. Qualquer pessoa que contenha qualquer grau fenotípico negroide, deve ser encaminhado ao continente apenas com passagem aérea de ida. Existem negros em posições de poder, como médicos e advogados, porém, percebe-se um racismo evidente e disputas raciais em diversos campos sociais, sempre com a supremacia racial branca. O sistema de cotas é citado algumas vezes na trama e os diálogos dão a entender que já existiram, pelo menos, duas gerações de cotistas. Porém, não se trata de um futuro muito distante, visto que um personagem pergunta se Maria Gadú é melaninada, ao ver a foto dela em uma revista.

O roteiro se desenvolve no Rio de Janeiro, mas cita acontecimentos em outros locais do país. Os protagonistas são o advogado Antônio Gama e a médica Maria Carolina, que são casados, e o primo do primeiro, chamado André, que é jornalista. Os três residem em um apartamento, no bairro Centro 173. O carnaval havia sido proibido a alguns anos, possivelmente, por ser uma festa com grande presença de pretos e pardos. A política nacional vivia um momento de conservadorismo, provavelmente, governada pela extrema direita. Em

dado momento do filme, aparece uma reportagem em que é noticiado o fechamento da última livraria no país.

O pardo tem seu protagonismo reduzido, aliás, como ultimamente, o movimento negro tem feito, ao se apoderar do pardo para compor os negros. Aos 14 minutos e 31 segundos, o personagem André, interpretado por Seu Jorge, diz que “Pardo é envelope”, ou seja, negando o pardo e deixando todos como pretos. A atriz Camila Pitanga também é citada, como sendo possível escolher se é ou não preta. A discussão sobre os pardos também serem originados pela miscigenação com indígenas é ausente no filme.

O filme também traz uma crítica atual para os processos de migração que ocorrem em todo mundo, motivado por guerras, como atualmente, Ucrânia e na Síria ou pela situação política e econômica dos países, como ocorre na Venezuela ou Cuba. Aos 55 minutos e 28 segundos, aparece uma reportagem na televisão, mostrando a população angolana insatisfeita com a onda de imigrantes brasileiros, que estão recebendo asilo do governo de Angola como refugiados.

Sinais estão presentes em todo o filme, como demonstrativos simbólicos de resistência física, como um cartaz com Moa do Katendê, morto por bolsonarista em discussão política, durante a pandemia. Imagens de negros intelectuais da vida real aparecem colados em cartazes pelas ruas, também, como indicação de resistência, como a escritora Conceição Evaristo e a atriz Ruth de Souza. Assim como acontece em alguns regimes ditatoriais e controladores, como retratado na série distópica *The handmaid's tale* (O conto de Aia), a internet, telefone, TV por assinatura dos cidadãos de melanina acentuada, foram desligados no decorrer da trama. Em tempos de autoritarismo, negacionismo e conservadorismo, em voga na contemporaneidade nacional, sobretudo no meio político, podemos refletir que, ainda que em 2023, a presidência da República do Brasil não seja mais ocupada por um negacionista, o parlamento ainda possui diversos deputados e senadores de extrema direita, alinhados ao discurso conservador. Assim, podemos problematizar e refletir sobre quais são as diferenças e semelhanças da obra com a atualidade no Brasil? Como dialogar sobre o enredo da película com a realidade e os conceitos teórico-filosóficos de biopolítica, necropolítica e racismo de Estado?

4 Onde a arte imita a vida e a arte

Alguns temas, ao longo da história do Brasil, podem ser relacionados com o roteiro do filme, como o branqueamento da população, a eugenia e outras teorias raciais, embasadas sobretudo, no racismo científico.

O branqueamento da população foi uma estratégia política e social, imposta pela intelectualidade nacional, para promover o aumento da proporção de brancos progressivamente na população, através da mestiçagem para obter, no decorrer do tempo, um povo branqueado com a diminuição progressiva dos pretos e pardos até o seu desaparecimento. Após a abolição da escravidão em 1888 e a Proclamação da República em 1889, o país precisava ir em busca de um projeto de nação. Era desejável criar no Brasil o estilo europeu ariano; os pretos e pardos não faziam parte deste projeto.

Os projetos de branqueamento da população começaram no Brasil ainda no século XIX, com o apoio da elite imperial e republicana, visto que, “o Brasil dos colonizadores europeus foi construído por negros, mas sempre sonhou ser um país branco” (Gomes, 2019, p. 29). Nina Rodrigues, conhecido como um dos discípulos de Lombroso, adepto, portanto, da antropologia criminal e darwinismo social, declarava sobre a raça negra que “por maiores que tenham sido os seus incontestáveis serviços à nossa civilização [...] há de constituir sempre um dos fatores da nossa inferioridade como povo” (Rodrigues, 1945, p. 28).

Os programas de imigração europeia funcionaram como uma forma de contrabalancear a grande quantidade de africanos e seus descendentes em solo nacional, fundamental para o futuro da nação. Associado à educação, estava também a seleta política de imigração, em que os migrantes deveriam ser os mais brancos possíveis, para ajudarem no branqueamento da população. O meio político se debruçava ostensivamente sobre este tema. Os censos demográficos de 1872, 1890 e 1940, indicam que o impacto da migração europeia realmente causou um branqueamento na população. A população branca passou de 38,1% em 1872, para 63,5% em 1940, em detrimento da população negra, que regrediu de 61,9% para 35,9% no mesmo período (Santos, 2006). O autor ainda afirma que “o branqueamento e o mito da democracia racial são conceitos destinados a socializar a totalidade da população (brancos e negros igualmente) e a evitar áreas potenciais de conflito social” (Santos, 2006, p. 27).

Qual a relação do branqueamento da população com a eugenia e as teorias raciais?

Entre o final do século XVIII e início do século XIX, a Europa vivia uma efervescência científica em diversas áreas. Os congressos, eventos e publicações científicas, despontavam

como protagonistas nesse período sem guerra, em solo europeu (entre 1871 com o final da Guerra Franco-Prussiana e 1914 com o início da Primeira Guerra Mundial). As teorias raciais e seus desdobramentos, como a eugenia, começaram a ser exportadas para o mundo, que também vivia um imperialismo europeu, e chegaram ao Brasil, a partir de viajantes, expedições e de filhos da elite nacional, que voltavam de estudos da Europa. Todas as teorias e políticas raciais chegaram ao país em alguma medida, como a eugenia, o darwinismo social e a antropologia criminal.

O racismo científico também nasceu nessa época como uma forma de justificar a inferioridade dos não brancos e a supremacia branca. Cada teoria racial buscou suas explicações para reforçar, legitimar e consolidar a supremacia branca. A personagem Dona Izildinha, afirma na trama “Graças ao Deus Todo Poderoso eu não me encaixo em nenhum perfil de melanina. Olha minha gengiva, amor. Tenho mil anos de Europa aqui no meu sangue” (Medida [...], 2022, 42 min 50 s).

A eugenia é um tema pouco conhecido e divulgado no Brasil, porém, de grande importância para entendermos alguns elementos presentes na sociedade brasileira racista atual. Diwan (2007) cita que, muitas vezes, o estudo da eugenia gera desconforto, pois lida o tempo todo com o desprezo, a segregação e a tentativa de controle de um grupo sobre outro. A eugenia surgiu em 1883, por Francis Galton (1822-1911), primo de Charles Darwin (1809-1882). O cientista se dedicou a diversas áreas como antropologia física, meteorologia, matemática, estatística, entre outras.

Na segunda metade do século XIX, desenvolveu pesquisas na área de hereditariedade humana, aplicando conhecimentos que vinham sendo gestados por cientistas para verificar a transmissão das características humanas através das gerações. A palavra eugenia surgiu inspirada em uma palavra grega, que significava “Bem-nascido” para “designar os usos sociais dos novos conhecimentos da ciência sobre evolução e hereditariedade, a fim de aperfeiçoar racialmente o ser humano” (Bonfim, 2017, p. 74). Essa doutrina política pregava o melhoramento da raça humana, a partir do controle sobre a população, através da sexualidade, casamentos e reprodução. Em pouco tempo, adquiriu status de ciência e se espalhou por diversos países em todo o mundo.

A eugenia negativa defendia o controle estatal diretamente na reprodução dos indivíduos. Diversos países aprovaram leis de esterilização de indivíduos inaptos, impuros e inferiores devido a aspectos físicos, mentais e comportamentais. Em 1928, a Suíça teve um pioneirismo na Europa, nesse sentido, no Cantão de Vaud. Em 1929, foi a vez da Dinamarca,

que promoveu quase 9 mil esterilizações, entre 1930 e 1949. A partir de 1935, mais de 15 mil pessoas foram esterilizadas pelo Instituto para Raça e Biologia (fundado em 1921) da Universidade de Uppsala (Bonfim, 2017). Bonfim (2017) afirma que os Estados Unidos possuem grande destaque no processo de esterilização involuntária eugênica, com diversas legislações aprovadas antes da década de 30. Em meados dos anos 30, já eram cerca de 30 mil indivíduos esterilizados, até o final da Segunda Guerra Mundial, já eram mais de 70 mil. Stepan (2005) traz o dado de que a Alemanha Nazista foi o destaque absoluto em legislação de esterilização e sua consequente efetividade, a partir de 1933, quando cerca de 1% da população do país chegou a ser involuntariamente esterilizada (mais de 400 mil pessoas).

A eugenia no Brasil foi do tipo positiva, aquela que se baseava, principalmente, no ato de educar a sociedade. Esse fato é evidenciado em um dos objetivos da Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP), fundada em 1918, que baseava-se na educação através da “divulgação, entre o público, de conhecimentos higienicos e eugenicicos para o bem do indivíduo, da collectividade e das gerações futuras” (Correio Paulistano, 1917, p. 5).

As ações eugenistas em solo brasileiro foram lideradas por Renato Kehl (1889-1978), nome de destaque pela difusão da eugenia no Brasil, seguido de diversos outros intelectuais, que fundaram, por exemplo, a Sociedade Eugênica de São Paulo (SESP, 1918), o periódico Boletim de Eugenia (1929) e o Primeiro Congresso Brasileiro de Eugenia (1929) (Bonfim, 2017; Darmon, 1991). No bojo dessas difusões científicas, a raça era criada e o racismo era cada vez mais consolidado na estrutura da sociedade.

A eugenia e a higiene estiveram entrelaçadas em diversos momentos de suas atuações nas primeiras décadas da república no Brasil. O país não teve legislações eugênicas propriamente ditas, porém, quando se fala em educação eugênica, ela esteve presente até nas Constituições Brasileiras de 1934 e 1937. Contudo, a eugenia esteve presente, muitas vezes, escondida ou mascarada, em diversos atos higiênicos políticos.

No Brasil, o movimento eugênico teve muitos adeptos na elite branca intelectual, nas primeiras décadas do século XX, tendo atuado em território nacional, principalmente, a partir da educação eugênica para eliminação ou desaparecimento dos não brancos, a partir de um embranquecimento da população através da miscigenação, em busca de uma raça brasileira europeizada. No campo da educação eugênica, a doutrina esteve relacionada com educação moral, educação sexual, educação física e aconselhamento matrimonial sempre em prol do melhoramento humano.

Enquanto ciência que se firmava no meio científico, a eugenia utilizou o debate científico no campo da biologia. Para isso, flertou com diversas teorias em voga à época. O movimento eugênico também inferiu no campo social através de medidas eugênicas para o melhoramento humano, atuando “sobretudo nas ações de cunho repressivo, às populações pobres, aos enfermos, negros e mulatos, indivíduos com deficiências físicas, doentes mentais, imigrantes de nacionalidades consideradas inferiores, viciados e infratores” (Bonfim, 2017, p. 89).

Conferências públicas, pesquisas variadas, literatura especializada, periódicos, congressos e eventos diversos, ligas, sociedades e concursos eugênicos foram algumas das ações e atividades que a eugenia promoveu no Brasil, em várias frentes de intelectualidade, antropologia, direito e medicina. Muitos eugenistas conseguiram realizar contatos políticos afinados e participaram ativamente na conformação de políticas sociais em áreas como saúde, educação, política imigratória, higiene social e sanitário.

A eugenia no Brasil produziu uma intensa atividade política de grupos sociais e intelectuais diversos, muitas vezes, ligados à experiência urbana que buscavam atender às demandas de uma reduzida elite nacional. Foram diversas polêmicas e divergências, numerosos médicos e outros intelectuais se debruçando nos ideais eugênicos sob diversas vertentes possíveis atreladas às demandas por educação e saúde públicas. O movimento eugênico no Brasil foi marcado por debates de distintas perspectivas com relação à sua fundamentação teórica, propostas de intervenção social e cultural, além do apelo nacionalista que precisava se firmar na jovem república, ou seja, não houve um movimento eugênico unificado no país.

Desse modo, como podemos entender a eugenia presente no filme *Medida Provisória*?

O filme não aborda abertamente a eugenia, talvez, pelo desconhecimento da população em geral sobre o tema. Nesse sentido, foi desperdiçada uma boa oportunidade de ter colocado a eugenia como um foco de evidência nacional, para discutir sobre o assunto que protagonizou importantes acontecimentos no Brasil e no mundo, no século XX. Porém, para os historiadores e/ou pesquisadores do tema ou de áreas correlatas, os sinais eugênicos estavam presentes em diversos momentos ao longo da obra.

Aos 61 minutos, o personagem Santiago, interpretado por Pablo Sanábio, aparece com um panfleto contra a medida provisória em mãos, por alguns segundos. Ao pausar o vídeo é possível ler o texto e ver a eugenia sendo citada nominalmente:

Não à MP 1888! A farça chamada RESGATE-SE JÁ não é nada mais que uma medida de um governo racista preocupado em implementar definitivamente uma política de Eugenia. Sob a desculpa de “Reparação Social” pelos horrores da escravidão, o

governo federal está expulsando brasileiros de sua terra natal. O Brasil foi construído por *TODOS* nós: Negros, Índios (sic) e Brancos! Essa terra é tão deles quanto nossa, não devemos em sã consciência permitir essa verdadeira tragédia social. *Movimento Somos Todos Brasileiros* (Medida [...], 2022, 61 min 26 s).

O branqueamento da população andou lado a lado com a eugenia no Brasil e esse fato é retratado na obra cinematográfica de forma potencializada. Os intelectuais davam opiniões divergentes quanto ao tempo de conclusão do branqueamento da população. Por exemplo, enquanto Sílvio Romero (1960, p. 101) dizia que

Sabe-se que na mestiçagem a seleção natural, ao cabo de algumas gerações, faz prevalecer o tipo da raça mais numerosa, e entre nós, das raças puras a mais numerosa, pela imigração européia, tem sido e tende ainda mais a sê-lo, a branca. [...] Dentro de dous ou três séculos, a fusão étnica estará talvez completa e o brasileiro mestiço bem caracterizado.

Já João Batista de Lacerda (1911) era mais otimista. Para ele, o desaparecimento de pretos e pardos se completaria em 4 gerações, estimado em 100 anos. Já no filme *Medida Provisória*, o branqueamento da população ocorreria em algumas semanas. Inicialmente, de forma voluntária, através do projeto de governo, “*Resgate-se Já*”, que foi divulgado em propagandas publicitárias, panfletos e outras formas de comunicação com a população. Na TV, era noticiado:

No Brasil, nós acreditamos no direito de ir e vir, de ir e também voltar, pois então volte, seja quem vc quer ser, viva de acordo com a sua raiz. Você, quer uma reparação social pelo tempo de escravidão? O governo para o Brasil mais justo oferece muito mais, a oportunidade de voltar para África. Agora você tem a chance de resgatar a sua origem, você não vai pagar nada e vai ganhar passagem de volta de avião dada pelo governo brasileiro. Basta procurar um posto de cadastramento de sua cidade e se apresentar. *Resgate-se Já!* (Medida [...], 2022, 12 min 25 s).

O filme sempre fala como “volta”, sendo que a maioria nunca foi, ou seja, como se a vinda tivesse sido através dos seus antepassados escravizados. Aos 26 minutos e 8 segundos de filme, aparece na película a imagem de uma TV, mostrando a votação no Congresso Nacional do projeto de lei 1888, que faria com que os indivíduos de melanina acentuada, fossem enviados compulsoriamente para algum país da África.

O Programa *Resgate-se Já* passa a ser realizado compulsoriamente com a medida 1888, com o seguinte texto que, de imediato, a Inspetora Isabel lê para um segurança melaninado:

O governo para um país mais justo determina que cidadãos com traços e características que lembrem, mesmo que de longe a ascendência africana a partir de hoje, 13 de maio, deverão ser capturados e deportados para os países africanos como medida de correção do erro cometido pela então colônia portuguesa e continuado pela República brasileira. Este erro gerou 4 séculos de trabalhos gratuitos realizados por uma população injustamente transferida de suas terras origens para terras brasileiras. Com a intenção de reparar esse gravíssimo erro, a medida [provisória] 1888 prevê a

volta desses cidadãos e seus descendentes para terras africanas, em caráter de urgência (Medida [...], 2022, 29 min 40 s).

Com isso, é criado um novo Ministério, chamado de Ministério da Devolução, com pronunciamento do novo ministro em rede nacional:

É com muita satisfação que eu assumo o mais novo Ministério, Ministério da Devolução, que foi criado para agilizar o processo de devolução dos melaninados, os anteriormente denominados negros começam a ser retirados imediatamente do território brasileiro. É por isso que eu faço um apelo aos melaninados, que procurem os postos de devolução, colaborem com o futuro do Brasil. O Ministério pretende evitar o emprego da força, que, se necessário, acontecerá (Medida [...], 2020, 31 min 01 s).

Para além da trama, agora se tratando de história, algo similar já foi pensado no Brasil e a prática de envio de negros para a África chegou a ser aplicada por alguns países. Gomes (2022, p. 86) aponta que em 1837, o piauiense Frederico Leopoldo Cesar Burlamaqui, doutor em ciências matemáticas e naturais, pela Escola Militar, defendia que “era preciso devolver todos os negros à África, como já haviam tentado ingleses e americanos ao criar as colônias e atuais países africanos de Serra Leoa e Libéria”. Já Schwarcz (1993) afirma que no final do século XIX já eram aplicados projetos de “retorno à África”, ou seja, planos de envio da população negra para a África.

A direita brasileira protagonizou uma série de críticas ao filme, ao elenco e à direção do filme. Em mais um ataque, ao comentar sobre o lançamento nacional da película, o ex-presidente da Fundação Palmares, Sérgio Camargo, afirmou que os negros de esquerda deveriam ser enviados para a África (Perassolo, 2022).

Voltando à trama, o branqueamento da população é concluído quando o Brasil assiste, ao vivo, a rendição de Antônio pela televisão, quando a repórter fala: “Estamos agora acompanhando a saída dos dois últimos melaninados acentuados da cidade. Um momento histórico para nosso país que, a partir de hoje, passa a ser totalmente branco. Coisa que jamais havia acontecido em mais de 500 anos de existência.” (Medida [...], 2022, 60 min 23 s). Os neoquilombos, chamados de AfroBunkers no filme, resistiam escondidos em cantos sem o conhecimento das autoridades como uma forma de resistência. As autoridades da ficção não conheciam os AfroBunkers da mesma forma que em fins do século XIX e início do século XX a elite nacional não conhecia a população brasileira, o que passou a ser conhecido apenas após a publicação do livro *Os sertões* de Euclides da Cunha em 1902.

5 Entre o racismo, a distopia e a biopolítica

Passagens racistas existem em diversos momentos da obra, tanto de racismo velado quanto explícito. Aos 64 minutos e 59 segundos, um Ministro de Estado cita “Nenhum sistema foi feito para preto. Eles foram feitos para servir”. A personagem Dona Izildinha, interpretada por Renata Sorrah, disse em outro momento: “Já tive empregada e amigos pretos” (Medida [...], 2022, 44 min 15 s). Aos 13 minutos e 57 segundos, a personagem ainda afirma que tudo isso começou quando os negros quiseram conquistar coisas por lei, ao invés de ser por mérito. Ela defende cotas para brancos, o que seria mais justo, em sua visão. O racismo contra os orientais, citados como amarelos, também fica evidente em alguns momentos do enredo, porém, de forma coadjuvante.

Como podemos relacionar todo esse contexto da obra com a biopolítica foucaultiana?

A biopolítica só pode ser compreendida e estudada após o surgimento das técnicas de gerenciamento da população, em que a vida se tornou um elemento político, legitimando o controle da população em temas como morbidade, natalidade, saúde pública, epidemias e higiene (Seixas, 2020). Segundo Foucault (2010), a biopolítica surge no final do século XVIII, a partir dos processos de conjuntos próprios da vida, afetados com as dinâmicas da vida e problemas econômicos, sociais e políticos e após a noção de população ser introduzida em seus estudos. Naquele momento, ocorreu a emergência da população. Nas palavras do filósofo:

A população vai parar de aparecer como uma coleção de súditos de direito, como a coleção de vontades submetidas que devem obedecer à vontade do soberano por intermédio de regulamentos, leis, decretos, etc. Ela vai ser considerada um conjunto de processos que é preciso administrar no que têm de natural e a partir do que têm de natural (Foucault, 2008, p. 92).

Nas palavras de Candiottto e D’Espíndula (2012, p. 28), “o novo poder que irrompe em meados do século XVIII parece ter em vista uma atuação sobre o ser humano como espécie biológica, a fim de ter assegurada a existência e a continuidade da mesma”.

Com o surgimento da biopolítica, é interessante perceber que, com a mudança do paradigma da morte para a potencialização da vida pelo Estado, não se exclui completamente do cenário social “a capacidade de se permitir ou criar condições para que vidas sejam exterminadas” (Seixas, 2020, p. 3). A questão biológica, a partir do fenótipo, é bem evidenciada na obra, bem como a criação de condições para o extermínio citado pelo autor.

Foucault trabalha o conceito de biopolítica dentro de um espectro mais amplo, chamado biopoder. Ele descreve o biopoder como fio condutor dos estudos em *Segurança, território e*

população. Nesta obra, o biopoder é definido como “o conjunto dos mecanismos pelos quais aquilo que, na espécie humana, constitui suas características biológicas fundamentais, vai poder entrar numa política, numa estratégia política, numa estratégia geral do poder” (Foucault, 2008, p. 3). O entendimento do biopoder é uma maneira de normalizar as condutas da espécie humana.

Nesse sentido, é possível “regrar, manipular, incentivar e observar macrofenômenos como as taxas de natalidade e mortalidade, as condições sanitárias das cidades, o fluxo das infecções e contaminações, a duração e as condições da vida” (Sousa, 2012, p. 47). A biopolítica vai estudar e operar no corpo populacional em diversos fenômenos e passar a identificar curvas de normalidade, por exemplo, quantos indivíduos foram acometidos por alguma doença específica, em um determinado período naquele território, ou qual a vacina que foi mais eficaz em determinada faixa etária da população.

Esses estudos propiciam que o governante consiga propor políticas públicas que possam melhorar a vida da maioria da população que se encontra na curva de normalidade. É o fazer viver! Percebe-se, portanto, um deslocamento do eixo do poder de uma sociedade disciplinar focada no corpo do indivíduo para um modelo que atua nos fenômenos do corpo populacional. Foucault (2010, p. 205) diz que:

São esses fenômenos que se começa a levar em conta no final do século XVIII e que trazem a introdução de uma medicina que vai ter, agora, a função maior da higiene pública, com organismos de coordenação dos tratamentos médicos, de centralização da informação, de normalização do saber, e que adquire também o aspecto de campanha de aprendizado da higiene e de medicalização da população.

Mas como um poder que faz viver também pode deixar morrer ou mesmo levar à morte? Seixas (2020) afirma que a resposta está no conceito de racismo de Estado de Michel Foucault. Sendo caracterizado como uma tecnologia de poder, que determina os modos de eliminação de quem pode/deve morrer através “da eliminação dos indesejáveis, dos descartáveis, dos inúteis, objetivando promover a saúde e bom funcionamento do corpo social” (Seixas, 2020, p. 3). Essa eliminação é evidenciada na obra com a retirada dos melaninados do solo brasileiro.

Colaborando com a análise de Seixas (2020), em um contexto distópico em seu romance, Atwood (2017) contribui ao afirmar que, o melhor, no caso a vida, nunca é o melhor para todo mundo, sempre é pior para alguns. Foucault (2010) aponta que foi o biopoder que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado. Esse racismo trouxe preconceitos para o tecido social, de modo que alguns corpos não fossem dignos de viver em determinadas sociedades. Era o prenúncio do racismo de Estado. Duarte (2008, p. 6, grifo do autor) contribui com a discussão ao afirmar que:

A descoberta não apenas da biopolítica, mas também do paradoxal *modus operandi* do biopoder, o qual, para produzir e incentivar de maneira calculada e administrada a vida de uma dada população, tem de impor o genocídio aos corpos populacionais considerados exógenos, é certamente uma das grandes teses que Foucault legou ao século XXI.

Na ótica do racismo de Estado de Michel Foucault, o extermínio e os massacres são justificados seguindo a lógica do biopoder na conjuntura política neoliberal e biopolítica do poder. Para Sousa (2012), as tecnologias do biopoder e os seus saberes desdobrados, produzem a normalidade. Como podemos pensar a operação desse racismo de Estado com o filme analisado? Como podemos fazer um contraponto com a realidade nacional? Esses pontos serão problematizados na próxima seção!

6 Necropolítica e racismo de Estado

Mbembe (2016) ajuda nesse aspecto quando reflete a partir do pensamento e biopolítica de Michel Foucault (2010), através de um deslocamento da análise do eixo do poder para a época colonial do sistema escravista. O filósofo afirmou que o modelo colonial de escravidão, realizado em paralelo com o sistema *plantation*, foi um dos primeiros processos biopolíticos que operou no ocidente e, então, surge o conceito de necropolítica como um outro olhar da biopolítica, dessa vez, sendo pensado como o “Fazer morrer”. Fazer morrer de uns em detrimento de outros. O necropoder surge como o poder da necropolítica.

Qualquer relato histórico do surgimento do terror moderno precisa tratar da escravidão, que pode ser considerada uma das primeiras instâncias da experimentação biopolítica. Em muitos aspectos, a própria estrutura do sistema de colonização e suas consequências manifesta a figura emblemática e paradoxal do estado de exceção (Mbembe, 2016, p. 130).

Ao problematizar sobre o racismo de Estado na necropolítica, Mbembe (2016) cita Foucault ao afirmar que

com efeito, em termos foucaultianos, racismo é acima de tudo uma tecnologia destinada a permitir o exercício do biopoder, “aquele velho direito soberano de morte”. Na economia do biopoder, a função do racismo é regular a distribuição de morte e tornar possível as funções assassinas do Estado. Segundo Foucault, essa é “a condição para a aceitabilidade do fazer morrer” (Mbembe, 2016, p. 128).

A violência contra o povo preto é retratada em diversos momentos ao longo do filme. Todas as cenas de racismo e violência praticadas para a expulsão dos melaninados, acontecem

também todos os dias pelo país com pretos e pardos. Uma reportagem da TV apresentada no filme mostra cenas de violência pelo Brasil e a reportagem diz que:

Ataques suspeitos com bombas em favelas de todo o país eliminaram vários melaninados de uma só vez. Enquanto isso, órgãos internacionais estão divididos. Alguns declararam repúdio e outros, apoio à nova medida. Mas o governo diz ‘Nós pedimos que a população expresse o seu desejo e colabore com a ação. A colaboração de vocês é muito importante’” (Medida [...], 2022, 41 min 26 s).

No enredo existia o artigo 150 do Código Penal, que dizia que só o Estado poderia invadir as residências com mandado de segurança. Porém, ao longo do filme o que se falou é que nas favelas não se respeitava tal artigo. Certamente, essa foi uma crítica pela forma truculenta que as polícias pelo Brasil agem nas comunidades e favelas, sem respeitar os cidadãos de bem que vivem em tais locais. Esse tipo de violência está estampado nos jornais e sites de notícias sobre as operações policiais que ocorrem regularmente no país.

A necropolítica também pode ser exemplificada quando o Ministro da Devolução fala com um assessor, afirmando a decisão sobre as pessoas que estão presas em seus lares, que é para deixá-los à vontade, “pois é mais barato recolher um cadáver do que pagar a passagem para fora do país” (Medida [...], 2022, 56 min 40 s).

Esse “Deixar morrer” ou “fazer morrer” faz parte da biopolítica como parte da máxima “Fazer viver e deixar morrer”, também faz parte da necropolítica no Estado da morte e dialoga com o racismo de Estado, em que Foucault (2010, p. 216) complementa ao afirmar que “é claro, por tirar a vida não entendo simplesmente o assassinio direto, mas também tudo o que pode ser assassinio indireto: o fato de expor à morte, de multiplicar para alguns o risco de morte ou, pura e simplesmente, a morte política, a expulsão, a rejeição, etc.”. Assim, quanto mais os elementos impuros forem eliminados ou impedidos de se reproduzirem, maior a chance dos superiores, considerados como puros ou melhores, sobreviverem.

Na ótica do Racismo de Estado foucaultiano, o extermínio e os massacres são justificados seguindo a lógica do biopoder em uma conjuntura política liberal e biopolítica, que também se rearticula na lógica neoliberal, sobretudo, pelo caráter necropolítico que vem se desenvolvendo nas últimas décadas no Brasil. O biopoder exerce seu direito de morte e abandono da vida, em nome do conjunto populacional governado, ou seja, a morte de alguns se dá pelo bem viver de outros. O racismo de Estado opera através de estratégias políticas em prol da purificação da população de determinado local, através da eliminação de alguns grupos, distinguindo-se do tradicional racismo conhecido pelo ódio ou ofensas a pessoas negras ou indígenas, por exemplo.

No conceito de racismo de Estado de Michel Foucault, analisado no campo da biopolítica, o racismo aparece como fruto de uma guerra das raças, na qual a sociedade é atravessada de um extremo ao outro e ocorre uma apropriação do biológico pelo poder do Estado. Através do biopoder, o poder soberano do direito de morte atua para ativação do racismo que se enraíza pelo corpo social. Para Foucault, foi o biopoder que inseriu o racismo nos mecanismos de Estado. Este racismo atua como uma linha tênue entre quem deve viver e quem deve morrer, ele vai funcionar com a máxima “se você quer viver, é preciso que o outro morra” (Foucault, 2010, p. 215). O racismo vai se desenvolver junto com a colonização, ou seja, com o genocídio colonizador. Através dos temas do evolucionismo e teorias raciais do século XIX, é que se resolve se é preciso matar pessoas, matar populações, matar civilizações através do biopoder. Somente a partir do racismo de Estado, que o biopoder consegue funcionar e, ao mesmo tempo, exercer os direitos de guerra, os direitos de assassinio e da função de morte.

Foucault (2010, p. 221) questiona: “Como se pode fazer um biopoder funcionar e ao mesmo tempo exercer os direitos da guerra, os direitos do assassinio e da função da morte, senão passando pelo racismo? Era esse o problema, e eu acho que continua a ser esse o problema”. Para Foucault (2010, p. 214), foi a emergência do biopoder que introduziu o racismo na maquinaria estatal “como mecanismo fundamental do poder, tal como se exerce nos Estados modernos, e que faz com que quase não haja funcionamento moderno do Estado que, em certo momento, em certo limite e em certas condições, não passe pelo racismo”.

O conceito de Racismo de Estado pode ser percebido em alguns momentos ao longo da trama. Ao receber a notícia que a lei havia sido aprovada, a inspetora Isabel ressalta “Pelo povo e para o povo”. Nesse conceito, para Foucault (2010), a eliminação da raça ruim, da raça inferior, do anormal, através da morte física ou social, é o que faz a vida da raça superior mais sadia e mais pura, ou seja, a expulsão dos melaninados seria para o bem do povo branco, que viveria em um Brasil melhor. O poder soberano que Foucault aborda em sua obra, sobre uma dobra e se reconfigura no enredo de modo que

As guerras já não se travam em nome do soberano a ser defendido; travam-se em nome da existência de todos; populações inteiras são levadas à destruição mútua em nome da necessidade de viver. Os massacres se tornaram vitais. Foi como gestores da vida e da sobrevivência dos corpos e da raça que tantos regimes puderam travar tantas guerras, causando a morte de tantos homens (Foucault, 2020, p. 147).

A morte do inferior, do anormal, da raça ruim beneficia a vida de outros, tornando melhor a vida do grupo dominante, como cita Foucault (2010, p. 215): “A morte do outro não é simplesmente a minha vida, na medida em que seria minha segurança pessoal; a morte do

outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura”. Furtado e Camilo (2016) acrescentam que essa forma de equivalência entre vida e morte, fundamentada pelo biopoder, ajuda a explicar a emergência do racismo de Estado como um desdobramento biopolítico.

7 Considerações finais

A partir das análises realizadas com suporte teórico, pode-se constatar que a biopolítica, a necropolítica e o racismo de Estado mostram-se evidentes em diversos momentos no filme *Medida Provisória*, do mesmo modo que é possível fazer correlações da obra distópica com as realidades presentes em cada canto do Brasil.

Em que pese, existam algumas críticas à obra, como a redução da África ao povo preto, excluindo-se a África branca, o reducionismo do pardo e a exclusão do debate indígena; por exemplo, é salutar sua importância para a reflexão e problematização em tempos de conservadorismo em que o combate ao racismo urge no tecido social.

O simbolismo de Antônio e André, que foram superiores a tudo que acontecia com os melaninados e não mataram o branco que encontraram na rua, foi uma boa crítica para a sociedade racista que mata pretos e pardos todos os dias. O personagem branco estava procurando negros para matar com uma arma de fogo, relembrando a sequência de filmes *Uma noite de crime*.

Referências bibliográficas

ATWOOD, Margaret. **O conto de Aia: the handmaid 's tale**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco, 2017.

BOAVENTURA, Edivaldo M. **Metodologia da pesquisa**: monografia, dissertação, tese. São Paulo: Atlas, 2004.

BONFIM, Paulo Ricardo. **Educar, Higienizar e Regenerar**: uma história da eugenia no Brasil. Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

CANDIOTTO, César; D'ESPÍNDULA, Thereza Salomé. Biopoder e racismo político: uma análise a partir de Michel Foucault. **Interthesis**, Florianópolis, v. 9, n. 2, p. 20-38, jul-dez 2012. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/.../view/1807-1384.2012v9n2p20>. Acesso em: 05 março 2020.

CORREIO PAULISTANO. A sessão de hontem - varias communicações - a necessidade da cultura physica. **Jornal Correio Paulistano**. São Paulo/SP, ed. 19542, p. 5. 02 dez. 1917.

DARMON, Pierre. **Médicos e assassinos na Belle Époque**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991. 316 p.

DIWAN, Pietra. **Raça pura**: uma história da eugenia no brasil e no mundo. São Paulo: Editora Contexto, 2007.

DUARTE, André. Sobre a biopolítica: de Foucault ao século XXI. **Revista cinética**, v. 1, n. 1, p. 1-16, 2008. Disponível em: http://www.revistacinetica.com.br/cep/andre_duarte.pdf. Acesso em: 22 nov. 2022.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). 2. ed. Tradução de Maria Ermantina de Almeida Prado Galvão. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade**: a vontade de saber. 10. ed. Tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque e J. A. Guilhon Albuquerque. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2020. v. 1.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, Território e População**: Curso no Collège de France (1977-1978). Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FURTADO, Rafael Nogueira; CAMILO, Juliana Aparecida de Oliveira. O conceito de biopoder no pensamento de Michel Foucault. **Revista Subjetividades**, Fortaleza, v. 16, n. 3, p. 34-44, dez. 2016.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: do primeiro leilão de cativos em Portugal até a morte de Zumbi dos Palmares. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2019. v. 1.

GOMES, Laurentino. **Escravidão**: da independência do Brasil à Lei Áurea. Rio de Janeiro: Globo Livros, 2022. v. 3.

LACERDA, João Batista de. The metis, or half-breeds, of Brazil. In: FIRST UNIVERSAL RACES CONGRESS, 1911, Londres. **Papers on Inter-racial problems**, Londres: The World'S Peace Foundation, 1911. v. 1, p. 377-382.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. **Arte & Ensaios**, Rio de Janeiro, n. 32, v. 2, p. 122-151, 2016.

MEDIDA Provisória. Direção de Lázaro Ramos. Produção de Daniel Filho e Tania Rocha. Roteiro: Lusa Silvestre, Lázaro Ramos, Aldri Anunciação e Elísio Lopes Junior. Rio de Janeiro: Lereby Produções, Lata Filmes, Globo Filmes e Melanina Acentuada, 2022. (94 min.), son., color.

PERASSOLO, João. Sérgio Camargo sugere que negros de esquerda sejam mandados para a África: ex-presidente da fundação palmares faz novo ataque a filme de Lázaro Ramos, “Medida Provisória”. **Folha de São Paulo**, 2022. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/ilustrada/2022/04/sergio-camargo-sugere-que-negros-de-esquerda-sejam-mandados-para-a-africa.shtml>. Acesso em: 18 jun. 2023.

RODRIGUES, Raimundo Nina. **Os africanos no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1945.

ROMERO, Sílvio. **História da literatura brasileira**: contribuições e estudos gerais para o exato conhecimento da literatura brasileira. 6. ed. Rio de Janeiro: Livraria José olympio Editôra, 1960. v. 1.

SANTOS, Ivair Augusto Alves dos. **O movimento negro e o Estado (1983-1987)**: O caso do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Governo de São Paulo. São Paulo: Prefeitura Municipal de São Paulo, 2006.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças**: cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930. São Paulo: Companhia das letras, 1993.

SEIXAS, Rogério Luis da Rocha. Da biopolítica a necropolítica e a racionalidade neoliberal no contexto do COVID-19. **Voluntas: Revista Internacional de Filosofia**, Universidade Federal de Santa Maria, v. 11, p. 1-11, 5 ago. 2020.

SOUSA, Kátia Menezes de. Discurso e biopolítica na sociedade de controle. In: TASSO, Ismara; NAVARRO, Pedro (orgs). **Produção de identidades e processos de subjetivação em práticas discursivas**. Maringá: Eduem, 2012. p. 41-55.

Manuel Alves de Sousa Junior

Doutorando em educação pela UNISC, historiador, biólogo, especialista em Confluências africanas e afro-brasileiras e as relações étnico-raciais na educação, MBA em história da arte. Professor do IFBA, campus Lauro de Freitas, membro do grupo de pesquisa Identidade e diferença na educação. Bolsista CAPES/PROSUC modalidade 2. ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8059-9962>.